

Atlantida, mensário artístico, literário e social para Portugal e Brasil — publicou-se entre 1915 e 1920, em Portugal e no Brasil, sob a direcção de **João de Barros** e de **João do Rio**¹, respectivamente. A eles se juntou, a partir de 1919, **Graça Aranha**, em Paris, França. O editor e co-proprietário da empresa, até 1919, é **Pedro Bordalo Pinheiro**, sobrinho, pelo lado do pai (Tomás Bordalo Pinheiro) de Rafael Bordalo Pinheiro².

Embora o título aponte mais o pendor artístico, literário e social, a verdade é que os conteúdos da revista extravasaram em muito essa fronteira e se situam em boa parte na área da política internacional e, particularmente, na sua vertente económica — o que se justificará pelo ambiente da época (1ª Grande Guerra e suas consequências).

O **primeiro número** terá sido editado no final daquele ano, provavelmente em **Novembro**, já que o editorial, sob o título «Atlantida» e assinado por João de Barros, é datado de «5 d'Outubro de 1915». Também na secção «Revista do Mez», sob o título «Livros», se informa os leitores de que por «imprevista demora nas remessas dos originais brasileiros para esta secção, não podemos publicar n'este numero as notas do mez referentes ao Brazil. Serão publicadas no numero de Dezembro.»

A leitura daquele editorial é também esclarecedora dos **objectivos programáticos** da publicação, bem como do tempo de maturação que o projecto já tinha. João de Barros alude à viagem que realizara ao Rio de Janeiro, três anos antes, com o propósito de «auscultar a sua palpação profunda, a sua existência íntima e verdadeira, a febre de trabalho e de progresso que d'aqui pressentia» e **«contribuir para a aproximação estreita dos dois povos.»** Mas o projecto tinha as suas raízes mergulhadas em tempos ainda mais recuados, como a leitura do editorial revelará. Pelo menos, em **1909**, aquando da visita a Lisboa de Paulo Barreto, «um velho e constante amigo de Portugal», a quem, aliás, atribui a «ideia da publicação da *Atlantida*».

Esta seria **«um órgão de aproximação recíproca»**, capaz de «erguer até ao conhecimento perfeito e amorável das suas tendências e dos seus esforços as duas nacionalidades». Mas, de início, a *Atlantida* **foi recebida com algum cepticismo** aqui, em Portugal, e enfrentou «tantas e tão grandes dificuldades da parte dos editores mais habilitados a faze-la vingar» que os seus mentores quase desistiram.

A referida viagem de João de Barros ao Rio de Janeiro, de onde trouxe garantias de que todas as iniciativas de cooperação teriam «o aplauso tanto dos escritores e artistas como dos políticos, tanto dos homens de sciencia como dos industriaes e comerciantes», terá sido fundamental para conquistar apoios financeiros e outros em terras lusas.

¹ Pseudónimo mais usado por João Paulo Emilio Coelho Barreto, 1881-1921. Na *Atlântida* assina também como «João d' Alem», as «Cartas do Brasil, rubrica da secção «Revista do Mês».

² Parece profundo o envolvimento da família Bordalo Pinheiro com o projecto editorial da *Atlântida*. Para além do interesse que Rafael Bordalo Pinheiro manifestou pelo “mercado” brasileiro, o seu sobrinho, Pedro Bordalo Pinheiro, foi um dos fundadores da *Atlântida* e seu editor. A revista teve, a partir de 1917, a sua sede instalada no espaço do atelier de Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro (filho de Rafael), na Rua António Maria Cardoso, conforme anuncia no n.º 20. A inauguração da nova sede é assinalada com uma exposição de rendas de Maria Augusta Bordalo Pinheiro (irmã de Rafael), falecida dois anos antes. Facto que a *Atlântida* registou no n.º 2 com um artigo de Afonso Lopes Vieira. Tomás Bordalo Pinheiro (irmão de Rafael) também assina um artigo sobre o ensino técnico (desenho) no n.º 23.

Entretanto, dá-se o deflagrar da **1ª Grande Guerra** que, na perspectiva dos Directores da *Atlantida*, vem dar mais razão e legitimidade à sua missão, como explicam no «Prospecto»³: «As circunstâncias especialíssimas creadas pela guerra europeia, determinaram um irresistível movimento de solidariedade entre aqueles paizes e aqueles povos que vivem d'um mesmo ideal, que se alimentam da mesma tradição ou que descendem do mesmo tronco originário. Assistimos hoje a um espectáculo prodigioso, dia a dia mais belo e mais fecundo: – na Europa, à união espiritual estreitíssima de quasi todas as nações latinas; na América, ao predomínio, hora a hora mais seguro, do chamado espírito americano.»

Contaminados pela escola nietzschiana, os directores da *Atlantida*, vêem no conflito armado a possibilidade de transmutação dos valores decadentes reinantes e de reinício da História. Por isso, proclamam o seu optimismo perante o caos: «É, pois, esta a ocasião de se comprehenderem mutuamente, de se estudarem, de se aproximarem uns dos outros, os povos que entre si possuem fortes comunidades de sentimento, afinidades de raça, semelhança de temperamento e de estrutura psíquica. Dentro da vasta família latina – o Brazil e Portugal são, mais do que nenhuns outros países, fraternas e semelhantes. É uma banalidade afirma-lo. É uma inutilidade repeti-lo. Acontece, porem, que não se conhecem.»⁴

É para alterar este quadro que a *Atlantida* nasce, mas, como os seus directores reconhecem, ela vem, fundamentalmente, dar continuidade ao «esforço de comum aproximação que os dois governos – o Brasileiro e o Português – teem desenvolvido e mantido nos últimos cinco anos, e a que tão notavelmente soube dar realce, quando nosso Embaixador no Rio de Janeiro, o actual Presidente eleito da Republica Portuguesa [Bernardino Machado].»⁵

Outra aposta dessa política de aproximação foi a **criação da cadeira de Estudos Brasileiros na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa** (Lei 586, de 12 de Junho de 1916). O projecto foi apresentado pela primeira vez na Academia de Ciências de Lisboa, por **Alberto Oliveira**, Cônsul Geral de Portugal no Brasil, por ocasião de uma viagem que o trouxe a Lisboa em finais de 1915. Entre outros aspectos, defendia também que a cadeira fosse «regida por professores brasileiros»⁶ e que «os alunos das escolas superiores do Brasil pudessem matricular-se em qualquer ano das nossas Universidades, desde que se submetessem a um exame de admissão.» Foi aprovado por unanimidade pelos sócios da Academia, entre os quais se contavam Henrique Lopes de Mendonça, Teixeira de Queiroz, Júlio Dantas, David Lopes e João de Barros.⁷

Pouco tempo depois, Alberto de Oliveira conseguirá também o apoio do director da Faculdade de Letras, Dr. Queiroz Veloso⁸, e dos seus professores nomeadamente, Teófilo Braga, José Leite de Vasconcelos, Adolfo Coelho, José Maria Rodrigues,

³ Espécie de folheto de 4 páginas, aparentemente autónomo da revista, uma vez que não integra o Índice do Volume, embora a numeração das páginas dê continuidade às do primeiro número.

⁴ «Prospecto» in *Atlântida*, Vol. I, Ano I, p. 94.

⁵ Idem, p. 95.

⁶ Aprovada a Lei, a Faculdade de Letras delegou na Academia Brasileira a escolha do primeiro professor brasileiro. Esta, recaiu sobre Miguel Calmon, mas acabou por não se concretizar. O assunto da nomeação é tema de uma das «Cartas do Brazil», redigidas por João d'Além para o n.º 15 da *Atlântida*. O primeiro professor a assumir a cadeira foi o diplomata e historiador Oliveira Lima, já em Junho de 1923.

⁷ Todos eles colaboradores mais ou menos, regulares da *Atlântida*, além do caso do seu director em Portugal.

⁸ No n.º 13, a *Atlântida* publica, sob o título «Universidades», a oração lida pelo director da FLL por ocasião da sessão solene de abertura do ano lectivo de 1915-16.

David Lopes, Silva Teles, Manuel Oliveira Ramos, Augusto Epifânio da Silva Dias e Agostinho Fortes.⁹

O Conselho da Faculdade de Letras encarregar-se-á de levar a proposta ao Ministério da Instrução Pública, onde é recebida com apreço, tal como será apoiada pelo Presidente da República, Bernardino Machado, e pelo Governo de Afonso Costa. Não admira, pois, que logo o primeiro número da *Atlântida* ostente o «Alto Patrocínio de S. Ex^{as} os Ministros das Relações Exteriores do Brazil [Lauro Muller] e dos Estrangeiros [Augusto Soares] e do Fomento [Manuel Monteiro] de Portugal, acompanhado de textos, assinados por estas entidades, que exprimem um apoio caloroso à publicação.

O estreitamento das relações entre Portugal e o Brasil é, naturalmente, um dos assuntos mais tratados nas páginas da *Atlântida*, que desenvolve mesmo um «Inquérito», através do qual apresenta opiniões e análises detalhadas de diversas personalidades¹⁰. Os textos apresentam-se com o título «A Confederação Luso-Brasileira» e desenvolvem-se a partir do vigésimo número, II Ano da publicação (1916-17).

Outro tema que merece grande destaque é a **1.ª Grande Guerra** que é, afinal, o motivo impulsionador do ressurgimento da necessidade e urgência de reafirmar e consolidar as relações entre «os dois povos irmãos». A *Atlântida* terá mesmo desempenhado um papel relevante na mobilização da opinião pública para a necessidade de marcar presença no palco da guerra. Como já foi referido, a perspectiva dominante, dos dois lado do Atlântico é que a guerra representa uma oportunidade de mudança que não deve ser desperdiçada. Novas parcerias entre estados, baseadas na raça, nas tradições e na história comum, produziriam novos eixos de poder e de desenvolvimento. O da **latinidade** era um dos mais promissores, acreditavam os que escreviam na *Atlântida*. De entre os autores que se debruçam sobre o conflito, sobressaem Augusto Casimiro, Guerra Junqueiro, Jaime Cortesão, José de Campos Pereira, José de Macedo e Teófilo Braga.

A participação de Portugal na grande guerra, e as suas **relações com o Brasil** nesse contexto, **merecem mesmo algumas edições especiais** da *Atlântida* nomeadamente, um suplemento ao nº 5, onde se publica a nota entregue pelo Ministro da Alemanha em Lisboa, declarando guerra a Portugal, e a declaração de resposta do governo português, lida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, na sessão de 10 de Março de 1916; entrevistas com o Presidente da República, Bernardino Machado, e com o Ministro da Guerra, general Norton de Matos, no nº 10, e com os Ministros das Finanças, Afonso Costa, e dos Negócios Estrangeiros, Augusto Soares, no n.º 11; o suplemento ao n.º 21, totalmente dedicado a **participação das mulheres no conflito**, assinado por «M.S.», possivelmente o jornalista Mário Salgueiro; o n.º 25, contemporâneo da Convenção militar para o emprego das forças portuguesas de artilharia pesada na linha de operações em França, edição bilingue; e o número duplo 33/34 que tem como cenário a assinatura da paz. São de sublinhar ainda os pormenorizados relatórios enviados por

⁹ Entre os quais se encontram colaboradores da *Atlântida*.

¹⁰ A *Atlântida* também promoveu contactos entre as comunidades portuguesa e brasileira, sob a forma de conferências, festas sociais, etc. que vai reportando nas suas páginas.

diplomatas portugueses no Brasil sobre as relações económicas entre os dois estados¹¹.

As culturas portuguesa e brasileira, nas suas múltiplas formas de expressão – da literatura, à música, passando pelas artes mais populares – são um tema recorrente em todos os números. Merece também tratamento especial a questão da educação e do ensino, onde sobressaem os artigos assinados por Agostinho de Campos¹², António Carneiro Leão¹³, Barbosa de Magalhães¹⁴, Delfim Santos, João de Barros¹⁵, João de Deus Ramos, Leonardo Coimbra e Lúcio dos Santos, entre outros.

Mas dificilmente se encontram ecos da instabilidade política e da tensão social que caracterizam este período da história de Portugal. Só de forma indirecta, e discreta, para justificar quaisquer atrasos da edição. Já a actualidade cultural dos dois países é acompanhada com regularidade na secção «Revista do Mez»: a crítica de arte é assinada por José Figueiredo e Aquilino Ribeiro asseguram a crítica de arte; Avelino de Almeida a de teatro; Joaquim Manso e Júlio Brandão a literária; e Humberto Avelar a musical.

No que respeita às artes plásticas refira-se que a *Atlantida* reproduz nas suas páginas quadros e desenhos de Alberto de Sousa, Almada Negreiros, António Carneiro, António Soares, Castelão, Columbano Bordalo Pinheiro, João Barreira, João Vaz, José Malhoa, José Pacheco, Navarro da Costa, Raul Lino, Saavedra Machado, Soares dos Reis e Veloso Salgado.

Como foi referido no início desta ficha, entre os anos 1918 e 1919, a *Atlantida* conhece algumas mudanças, sobretudo internacionaliza-se, ou melhor, “latiniza-se”. O primeiro sinal surge no volume IX, que regista as alterações na sede da Redacção – passa da Rua António Maria Cardoso para o Largo Conde Barão – e na ficha técnica, onde Pedro Bordalo Pinheiro surge agora como «Director Técnico», José Baptista como «Editor» e Bourbon e Menezes como «Secretário de Redacção». No n.º duplo 35/36, que fecha o volume, a última página anuncia que «A Empresa proprietária da Atlântida sofreu uma modificação passando todos os direitos do co-proprietário, o nosso amigo Pedro Bordalo Pinheiro, para o Sr. Dr. Nuno Simões.»

O n.º 37, que abre o volume seguinte, o X, anuncia em editorial que «Com o presente número a *Atlântida* passa a poder intitular-se, legitimamente, **ÓRGÃO DO PENSAMENTO LATINO EM PORTUGAL E NO BRASIL**», e que confiou a **Graça Aranha a direcção literária em França**. Este, apresenta nesse mesmo número uma síntese do novo programa e dos objectivos que pretendem alcançar. São também anunciadas colaborações, trimestrais, de «Camille Mauclair, sobre o *Movimento estético da França*; Édmond Jaloux, sobre a *Literatura estrangeira*; Gaston Riou, sobre as *Questões sociais e políticas do mundo*; Francis de Miomande, sobre

¹¹ Foi neste quadro de aproximação que ambos os governos decidiram elevar à categoria de embaixadas as respectivas representações diplomáticas.

¹² Porto, 1870 - Lisboa, 1944; foi professor universitário, jornalista e escritor.

¹³ Recife, 1887 – Rio de Janeiro, 1966; foi professor universitário, educador e ensaísta, além de ter desempenhando elevados cargos na administração pública brasileira.

¹⁴ Ministro da Instrução Pública na época.

¹⁵ Além de director da *Atlântida*, João de Barros foi professor, pedagogo e desempenhou relevantes funções no magistério público como, director do Ensino Primário, director do Ensino Secundário e secretário-geral do Ministério da Instrução.

Literatura Moderna da França; e de Philéas Lebesgue, sobre Portugal e Brasil em França.»

É ainda revelado que a *Atlântida* passou para a «**propriedade da empresa Fulmen** Limitada que se constituiu em Lisboa por escritura de 20 de Fevereiro do corrente ano com capital de cento e quinze mil escudos. Fazem parte de *Fulmen* os srs. Raul Monteiro Guimarães, António Mário Almeida Brandão, António Rosa Cabral, dr. Jerónimo Couto Rosado, dr. João de Deus Ramos, José Fernandes de Barros Júnior, dr. Adriano Marcolino Pires, Francisco Brandão Faria, dr. Jorge Faria, dr. João de Barros, Paulo Barreto e dr. Nuno Simões.»

A partir do número seguinte, o 38.º, o campo de acção da *Atlântida* alarga-se por via da colaboração «dos maiores espíritos de todas as nações latinas» como: «Gabriel d'Annunzio, de Guilherme Ferrero, de Tribusa, o poeta tão popular na Itália, de Francisco Blanco, o jornalista ilustre da *Tribuna de Roma*; o do grande crítico e historiador de arte Salomon Reinach e de Louix Vauxcelles; o de D. Manuel Cocio, universalmente admirado pelos seus estudos sobre o Greco e pelos seus trabalhos pedagógicos; o de D. Pedro Blanco, Director do Museu Pedagógico de Madrid; etc.»

Não obstante o mérito dos seus colaboradores e o seu âmbito de implantação a *Atlântida* conhece apenas mais dois anos de edição. As razões da sua extinção não são anunciadas, mas talvez a sua proximidade ao poder lhe tenha sido fatal. No editorial do n.º duplo 44/45 refere-se que a publicação tem «sido acusada de exercer uma influência desnacionalisadora», facto que refutam, defendendo que a colaboração estrangeira «só pode ser de beneficos efeitos para a nossa cultura geral, dados os nomes que a subscrevem.» Também o afastamento de João de Barros, por razões não esclarecidas, mas anunciado no penúltimo número, e a morte de Paulo Barreto, em Junho de 1921, terão provavelmente condicionado a sua continuidade.

Sublinhe-se ainda o arrojo do projecto editorial da *Atlântida*, de periodicidade mensal, e com directores e colaboradores distribuídos por dois continentes. Não obstante as enormes dificuldades que terá enfrentado, quer no plano interno, quer no externo, conseguiu cumprir satisfatoriamente os seus compromissos com os assinantes e **perfazer cinco anos de edição**¹⁶. Revista de elites e para elites, a viabilidade financeira da *Atlântida* assentava, provavelmente, nas assinaturas, em alguma publicidade e nos apoios e colaborações voluntárias dos que lhe asseguravam conteúdo. Cada número da *Atlântida* tem em média 100 páginas, que seguem uma numeração contínua dentro de cada ano de edição. Não há informação sobre a tiragem.

Rita Correia

(19/02/2008)

Bibliografia

Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira. Lisboa-Rio de Janeiro : Editorial Enciclopédia, Limitada, s.d.

¹⁶ Em paralelo, a *Atlântida* desenvolve também um projecto de edição de obras de autores portugueses e brasileiros, cujo catálogo é publicitado na «Revista do Mez».

BARROS, João de - **Caminho da Atlântida. Uma Campanha Luzo-Brazileira**, 2.^a ed. ampliada. Lisboa : Livraria Profissional Editora, s.d.

CARVALHO, Alberto de - **Algumas Palavras e Duas Propostas Relativas às Relações Luso-Brasileiras**. Lisboa : Typographia do Commercio, 1910.

PIRES, Daniel - **Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX**. Lisboa : Grifo, 1996.

ROCHA, Clara - **Revistas Literárias do século XX em Portugal**. Lisboa : Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1985.

SARAIVA, Arnaldo - **Meio Século de Estudos Brasileiros na Universidade Portuguesa** [Em linha]. [Consult. 15 Fev. 2008]. Disponível em <URL: <http://ler.letras.up.pt>>

TENGARRINHA, José - **História da Imprensa Periódica Portuguesa**. 2.^a edição. Lisboa : Caminho, 1989.